

## Ganhos de deputados em Minas vão a 180 mil por mês, com gatilho

**Belo Horizonte** — Enquanto os 450 mil funcionários públicos mineiros imploram ao governador Newton Cardoso, através de sua coordenação sindical, pelo disparo do gatilho salarial de janeiro e março, os 77 deputados estaduais de Minas já têm como certo o segundo disparo do ano em seus vencimentos, que alcançarão a cifra de quase Cz\$ 180 mil mensais, segundo revela a declaração nº 05/87, da Assembléia Legislativa, entregue ao 1º-vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos (PFL-MG), no final de fevereiro.

O documento, revelado ontem ao JORNAL DO BRASIL, discrimina os vencimentos dos deputados estaduais mineiros, numa soma total de Cz\$ 105 mil 626, acrescida de Cz\$ 50 mil referentes a despesas "eventuais de gabinete" — que, apesar disso, são integrantes do salário. Logo abaixo do total, a diretoria da Assembléia observa que a partir de março haverá um acréscimo de 20%, relativos ao gatilho salarial.

Embora Newton Cardoso tenha assumido o governo do estado, no último dia 15, alegando que Minas não dispõe de caixa suficiente para cobrir os 20% de reajuste salarial em sua folha de pagamentos, o gatilho dos parlamentares independe do governador. O diretor-geral da Assembléia, Dalmir de Jesus, informou que aguarda apenas a confirmação do disparo para os deputados federais, a fim de oficializar o aumento dos estaduais mineiros.

Foi para conhecer o "pulo do gato" da Assembléia de Minas, que o deputado Homero Santos, inconformado com o salário de Cz\$ 48 mil dos federais, naquela data, esteve ali há cerca de três semanas. Pela declaração que recebeu, assinada pelo coordenador de despesa de pessoal, Eduardo Gomes Barbosa, pelo diretor de pessoal, Felinho Santos Nascimento, pelo diretor-geral, Dalmir de Jesus, e pelo 1º-secretário, deputado José Laviola Matos (PMDB), Homero Santos ficou sabendo que os subsídios fixos dos deputados estaduais eram de apenas Cz\$ 4 mil 220,37 e os subsídios variáveis ordinários de Cz\$ 5 mil 258,07. Acrescidos de ajuda de custo anual de Cz\$ 13 mil 970,40 — equivalente a Cz\$ 1 mil 164,20 mensais — e Cz\$ 1 mil 402,08 por mês, pelas reuniões extraordinárias, esses ganhos chegam a Cz\$ 12 mil 044,72. O "pulo do gato" estava nos "auxílios mensais de caráter indenizatório", num total de Cz\$ 93 mil 581,80 por mês, que elevam os vencimentos para Cz\$ 105 mil 626. Tudo isto sem o "gatilho" de março.

## Gaúcho quer imposto sobre subsídio total

**Porto Alegre** — O deputado federal Adroaldo Streck (PDT-RS) afirmou que está trabalhando com outros colegas no sentido de que o imposto de renda dos parlamentares seja descontado das somas do total líquido (Cz\$ 24.337,18) mais a verba com transporte e de gabinete (Cz\$ 36.917,62).

O deputado pedetista publicou ontem no **Jornal do Comércio**, onde mantém uma coluna, o demonstrativo de pagamento de um deputado: subsídio fixo (sobre o qual incide o imposto de renda): Cz\$ 6.330,55; subsídio variável: Cz\$ 7.887,08; diárias de sessões extras (jetons): Cz\$ 13.407,90; IPC-pecúlio (desconto): Cz\$ 525,80; IPC (instituto dos deputados) contribuição: Cz\$ 2.762,55. Total bruto: Cz\$ 27.625,53. Descontos sobre esse total: Cz\$ 3.288,00,35. Líquido a receber: Cz\$ 24.337,18.

Adroaldo Streck afirmou que foram depositados ainda em sua conta do Banco do Brasil, os seguintes proventos: verba de transporte rodoviário (Cz\$ 28.587,62) e verba de gabinete (Cz\$ 8.330) num total de Cz\$ 36.917,62.

## PCB pode até expulsar "Tenorinho", acusado de se aliar com Jânio

**São Paulo** — Depois de quase 50 anos de militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), o vereador Luis Tenório de Lima, único representante da legenda na Câmara da capital, pode ter sido punido até com a expulsão pela comissão de ética e a direção municipal do **Partidão**, numa reunião que se iniciará às 19hs. O vereador é acusado de manter uma aliança nas sombras com o prefeito Jânio Quadros.

**Tenorinho**, segundo seus acusadores, teria votado no candidato de Jânio à presidência da Câmara, o pedessista Antônio Sampaio — atual prefeito interino —, em troca da nomeação de um correligionário por ele indicado para ocupar uma das administrações regionais da capital.

O vereador nega que tenha votado no candidato de Jânio e a acusação é difícil de ser provada, uma vez que o voto para a presidência da Câmara foi secreto.

### Plebiscito

Segundo plebiscito realizado na última semana nas ruas da capital, por iniciativa do vereador Walter Feldman (PMDB), os paulistanos não querem que Jânio reassuma o cargo, quando voltar de sua atual viagem ao exterior. Ao todo, votaram 57 mil 028 pessoas: 93,2% querem Jânio fora da prefeitura e 6,2% que ele volte ao posto.



Luis Tenório de Lima

Arquivo — 20/3/86

# Mesa faz Lourenço e Covas partirem para o confronto

Brasília — José Varella

**Brasília** — Os líderes dos dois partidos da Aliança Democrática na Constituinte, senador Mário Covas, do PMDB, e deputado José Lourenço, do PFL, são os principais protagonistas da batalha da Mesa da Constituinte. José Lourenço diz que tinha fechado um acordo com Ulysses, pelo qual o PFL ficaria com a 1ª vice-presidência. Covas quer o cargo para o PMDB, de acordo com o tradicional princípio da proporcionalidade.

— O Covas quer destituir o Ulysses ao descumprir o acordo. Então o PMDB que faça a sua Constituição sozinho — diz Lourenço.

— Que acordo? — rebate Covas. — E se o PFL não quiser fazer acordo agora e preferir dispensar os cargos é um problema dele.

Lourenço repetiu, durante a tarde de ontem, declarações tentando jogar Ulysses contra Covas. Quando era informado por repórteres do que o líder do PFL dizia, o líder pemedebista recebeu um telefonema de Ulysses e rumou para seu gabinete. Mas, ao chegar lá, o presidente do PMDB já havia deixado o gabinete para presidir a sessão. Antes, porém, dissera a um amigo: "Eu e o Covas vamos conversar para isolar o Lourenço". Os dois líderes, no entanto, enfrentam problemas em suas bancadas.

### Intérprete

O líder do governo na Constituinte, o também pemedebista Carlos Sant'Anna, ao sair do encontro com o presidente Sarney, tentou enfraquecer a posição de Covas: "Se o presidente Ulysses confirmar à bancada (que se reúne amanhã às 11h) que de fato negociou cargos com o PFL, nós podemos até censurá-lo, mas temos que honrar sua palavra".

O acordo anterior entre o PMDB e o PFL foi firmado em uma reunião na própria casa de Ulysses, no último dia 10, na qual estavam presentes também o senador Fernando Henrique Cardoso, o líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, e o líder do governo, Carlos Sant'Anna.

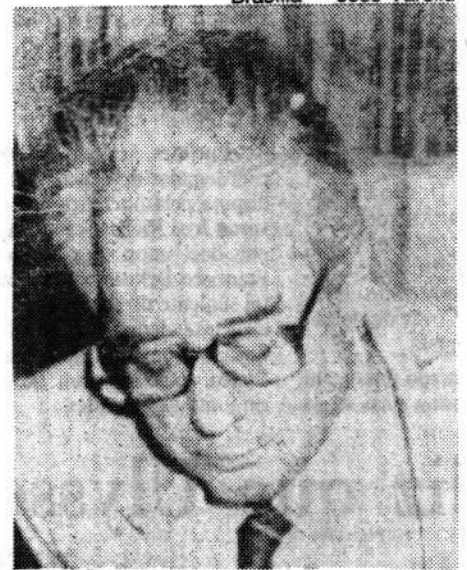
Não é tranqüila, porém, a posição de Lourenço dentro do PFL. O chamado "PFL progressista" vibrou com a escolha do senador paulista e acredita que ele conterà os "arroubos

### Mandato será discutido logo

**Brasília** — O presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, descartou a necessidade de convocar as eleições para presidente da República conjuntamente com as eleições para a renovação do Congresso Nacional, e voltou a defender um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ele disse que a definição sobre o assunto vai se acelerar a partir da próxima terça-feira, quando devem estar instaladas as comissões e subcomissões da Constituinte.

A coincidência de mandatos entre o presidente e os deputados tem sido defendida pelo PFL, como o principal argumento para garantir a Sarney o cumprimento integral dos seus seis anos de mandato. O seu sucessor seria então eleito em 1990, ao mesmo tempo em que se renovaria toda a Câmara de Deputados e um terço do Senado, teoricamente resultando em maior afinidade entre o Executivo e o Legislativo.

— A coincidência é um dado importante, mas não deve ser encarada como um dogma — afirmou Ulysses.



José Lourenço

direitistas" do líder do PFL. Os deputados Tomas Nonô, Jayme Santana e Saulo Queiroz, como o senador Guilherme Palmeira, integram esse grupo pefelista. Apesar disso, todo o partido resolveu apoiar as posições defendidas por Lourenço na defesa do acordo fechado com Ulysses.

Até o início da noite, Covas e Lourenço não haviam se encontrado para tentar entrar em acordo sobre a Mesa e as comissões. Ficaram trocando frases através dos repórteres. Lourenço afirma que ou se cumpre o acordo anterior ou o PFL não quer "nada". Covas rebate com ironia:

— No Senado, eles só aceitavam a presidência. Acabaram ficando com a 2ª vice-presidência e a 2ª secretaria.

— O Covas quer destituir o Ulysses — provoca Lourenço, que diz que a manutenção do acordo é uma "questão moral".

— O PMDB não discute com ninguém suas questões internas — responde Covas, acrescentando que o partido "não aceita lição de moral de ninguém".

### Arinos indica relator do PMDB

**Brasília** — Antecipando-se à disputa dentro do PMDB pela indicação do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte — cargo mais importante na hierarquia, depois do ocupado pelo presidente Ulysses Guimarães —, o senador Afonso Arinos (FFL-RJ) convidou o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) para exercer essa função. Arinos, indicado pelo PFL para presidente da comissão, desconheceu a luta entre os outros dois candidatos pemedebistas: deputado Pimenta da Veiga (MG) e senador Fernando Henrique Cardoso (SP).

O convite a Cabral é do conhecimento do deputado Ulysses Guimarães e do líder do PMDB na Constituinte, senador Mario Covas. Os dois preferiam, porém, dar seguimento ao processo de negociação do PMDB para a indicação do relator, sem levar em conta a preferência de Arinos.

Pelo acordo firmado entre PMDB e PFL, os pemedebistas indicarão o relator da Comissão de Sistematização e os pefelistas o presidente. Formalmente, o presidente de uma comissão escolhe seu relator. Como no caso são partidos diferentes, Arinos deveria indicar, conforme a praxe parlamentar, um nome apresentado pelo PMDB.